

**Pensamento descolonial epistêmico e feminismo descolonial: notas para o desenvolvimento do conceito de “sistema moderno/colonial de gênero.”<sup>1</sup>**

**Juliéverson Messias de Carvalho<sup>2</sup>**

**Introdução**

A filósofa, teórica feminista e militante argentina María Lugones, analisando a violência sobre as mulheres de cor<sup>3</sup> nos EUA vítimas da colonialidade do poder e a colonialidade do gênero, sob as lentes da perspectiva descolonial, desloca-se metodologicamente do feminismo negro para o feminismo descolonial. O feminismo negro trata-se de uma epistemologia crítica do feminismo hegemônico que ignora a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero. O objetivo de Lugones (2008) está em compreender a análise da opressão de gênero racializada capitalista, e identificar possibilidades de superar a colonialidade do gênero, a partir do feminismo descolonial (LUGONES, 2014, p. 941). Em “Colonialidad y Género”, seu interesse concentra-se em investigar a forma da indiferença construída de homens inferiorizados pelo capitalismo global para com a violência de gênero, indiferença relativa às transformações sociais profundas ocorridas sobre as estruturas comunais pré-coloniais. A autora parte da

---

<sup>1</sup> GT02: População Negra: raça e gênero, políticas públicas e desigualdades.

<sup>2</sup> UFRB. Mestrando em ciências sociais no PPGCS - Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. E-mail: julieverson.mcarvalho@gmail.com

<sup>3</sup> A autora faz uso do termo “mulheres de cor” não como um marcador de identidade, e sim como uma conquista. Com efeito, “mulheres de cor” inclui as mulheres negras, afro-americanas, afro-caribenhas, afro-latinas, asiático-americanas, indígenas, nativas, indo-caribenhas, chicanas, boricuas e outras mulheres subalternas em EUA, que possuem uma história colonial e um presente de colonialidade. Para mais detalhes, conferir: Libro de autoría colegiada "Conocimientos y prácticas políticas": hacia metodologías de la decolonialidad: Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/253.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

abordagem interseccional em decorrência do fato de análises sobre as categorias de raça, classe e gênero seguirem uma tendência a ocultar a relação de intersecção existente entre elas. Segundo Bouteldja (2013), o conceito de interseccionalidade nasce da consciência das lutas de mulheres negras, existindo uma experiência comum entre as mulheres de cor nos Estados Unidos e na Europa.<sup>4</sup>

Ao serem pensadas como homogêneas, estas categorias selecionam o dominante, no grupo, como norma, são binárias: homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário. Com efeito, uma tendência é o apagamento da situação de violência vivenciado por mulheres e homens de cor. Por isto que, “ver mulheres não brancas é ir além da lógica ‘categorial’” (LUGONES, 2014, p. 935). A ênfase na lógica categorial dicotômica e hierárquica expressa a centralidade desta abordagem para a compreensão do pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade: apenas os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas, animais incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente apto a decidir para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, de mente e razão (LUGONES, 2014, p. 936). A autora apresenta e complica o modelo de Aníbal Quijano da colonialidade do poder, propondo o “sistema moderno/colonial de gênero” como uma lente sob a qual aprofunda a teorização sobre a lógica opressiva da modernidade.

### **A colonialidade do poder e do ser**

---

<sup>4</sup> Houria Bouteldja é membro do Partido dos Indígenas da República da França (PIR).

Frantz Fanon<sup>5</sup> configura-se como um intelectual importante para as reflexões e discussões em torno à ideia de raça e o racismo no mundo colonial e pós-colonial. Este autor, ao estabelecer uma crítica à ontologia hegeliana em seu, “Pele Negra, Máscaras Brancas” constrói, não somente as bases para uma concepção alternativa das relações entre o senhor e o escravo propostas por Hegel, mas também contribui para uma avaliação ampliada da ontologia sob a luz da colonialidade e a luta pela descolonização (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130-131). O modo sobre o qual Fanon concede as condições necessárias para a luta pela descolonização resulta, precisamente, em que haja a existência e a manutenção de um contato afetivo ativo ou, por assim dizer, uma experiência concreta com o ser colonizado. Trata-se da colonialidade do ser, que produz a ideia de que certos povos não formam parte da história, não são seres, foram enterrados sob a história europeia do descobrimento.

A colonialidade do poder e, por consequência, a colonialidade do ser são, assim, compreendidas como expressão das dinâmicas que buscam criar uma ruptura radical à ordem de um discurso ancorado na ideia de diferenciação natural entre os sujeitos. Maldonado-Torres (2007), indagando-se sobre o surgimento do conceito de colonialidade apresenta Quijano como autor que localizou o seu contexto de origem, o qual teria sido em discussões no século XVI nas Américas sobre se os índios possuíam ou não alma. Para Quijano (2000), o racismo é hoje um dos grandes problemas que marcam profundamente as relações sociais no contexto latino americano. Ainda que o racismo não seja a única manifestação da colonialidade do poder ele é a mais perceptível e onipresente. A colonialidade do poder não estaria, assim, limitada a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, ao contrário, referir-se-ia à maneira como as relações de trabalho, o

---

<sup>5</sup> Acesse a tese de doutorado de NKOSI, Deivison. “Por que Fanon, Por que agora”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (doutorado). São Carlos - SP - PPGS-UFSCAR, 2015. Disponível em: <<http://kilombagem.org/tese-de-doutorado-fanon-e-os-fanonismos-no-brasil-deivison-nkosi-faustino/>>. Acesso em: 12 de mar. 2017.

conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e a ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131-132). Quijano (2005) afirma que os elementos raça e divisão do trabalho conformam a naturalização das relações sociais, logo à esta nova estrutura de controle do trabalho combinam-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Cada uma destas formas de controle do trabalho não representaria uma extensão de seus antecedentes históricos, todas eram sociologicamente novas (Quijano, 2005).

#### **Notas para o desenvolvimento do conceito de “sistema moderno/colonial de gênero”.**

Retomando os trabalhos de Lugones (2008; 2014), são importantes contribuições para o aprofundamento da compreensão da colonialidade do poder e do ser, tendo em vista sua busca em conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo global. A partir da pergunta sobre até que ponto o processo de redução do conceito de gênero ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é constitutivo da dominação de gênero, Lugones (2008) indaga sobre a organização social do sexo pré-colonial, questionando-se em que medida tal organização inscreveu a diferenciação sexual em todos os âmbitos da existência: saber e práticas sociais, economia, cosmologia, soberania e autoridade coletiva. Se o sistema de gênero é, não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade, gênero é, portanto, uma imposição colonial (LUGONES, 2014, p. 942). O gênero é considerado como uma imposição colonial ficcional, de modo que “a raça não é nem mais mística nem mais fictícia do que o gênero, ambos são ficções poderosas” (LUGONES, 2008, p. 94). A compreensão do gênero como racializado torna possível visualizar, em detalhes, os processos do sistema moderno/colonial de gênero: o poder estruturado nas relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle do sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. A autora faz referência ao

termo “engenerizado”<sup>6</sup> para mencionar a inseparabilidade da colonialidade do poder e a colonialidade do gênero.

As teóricas feministas com as quais Lugones (2008) dialoga, diferente daquelas que não têm focado questões do colonialismo, vêem a construção diferencial do gênero em termos raciais. Uma delas é Patrícia Hill Collins<sup>7</sup>, mulher negra, socióloga e professora estadunidense, possui trabalhos sobre a significação sociológica do pensamento feminista negro, seus trabalhos tem oferecido uma descrição precisa acerca da percepção dominante estereotipada das mulheres negras como sexualmente agressivas e, com origem do estereótipo<sup>8</sup> na escravidão. A autora concorda que a heterossexualidade compulsória é perversa, já que provoca uma violação significativa dos poderes e dos direitos das mulheres burguesas, servindo ainda para reproduzir o controle sobre a produção. Mais ainda, defende que no centro da discussão sobre a indiferença insidiosa de homens inferiorizados pelo capitalismo global para com a violência de gênero, bem como em relação à alteração das relações comunitárias, esteja inscrita a questão histórica: porque a organização social, em termos de gênero, tem que ser heterossexual ou patriarcal? (LUGONES, 2008, p. 78). Assim, o sistema moderno/colonial de gênero pode ser compreendido como heterossexista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado sobre a produção, onde se inclui a produção do conhecimento e a autoridade coletiva (LUGONES, 2008, p. 98).

### Considerações finais

---

<sup>6</sup> O termo fora mantido da versão traduzida para o espanhol.

<sup>7</sup> Especificamente a obra “Black Feminist Thought”. New York, Routledge, 2000

<sup>8</sup> Para conhecer mais sobre a imagem estereotipada da mulher negra, conferir acerca da personagem bíblica Jezebel: <<http://www.geledes.org.br/jezebel-mulher-negra-insaciavel-reconhecendo-estereotipos-racistas-internacionais-parte-viii/#gs.UWUYQvg>>. Acesso em 12 mar. 2017.

Este trabalho buscou refletir acerca da contribuição do feminismo descolonial para a ampliação das discussões acerca da colonialidade do poder e do ser. A partir da análise do conceito de sistema moderno/colonial de gênero, proposto por María Lugones, buscou-se identificar a compreensão da violência sobre as mulheres de cor, vítimas da colonialidade do poder e a colonialidade do gênero. A análise desta autora parte da perspectiva interseccional, em decorrência do fato das análises de categorias como raça, classe, gênero, seguirem uma tendência de ocultar a relação de intersecção entre elas. Os trabalhos de Lugones são uma contribuição para aprofundamento da compreensão sobre a colonialidade do poder e do ser, haja vista sua busca em conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo global.

A autora considera o gênero como uma imposição colonial ficcional não sendo, desse modo, nem mais místico nem mais fictício do que a ideia de raça. Afirma ainda que, se o sistema de gênero é, não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade, gênero é, portanto, uma imposição colonial. Entre os diálogos realizados pela autora com teóricas feministas que também vêem a construção diferencial do gênero em termos raciais, destacou-se a socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins e sua descrição precisa acerca da percepção dominante estereotipada das mulheres negras como sexualmente agressivas, com origem do estereótipo na escravidão.

O sistema moderno/colonial de gênero é compreendido como heterossexista, uma vez que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado sobre a produção, incluindo-se a produção do conhecimento e a autoridade coletiva. A autora lança uma questão histórica, a qual considera central para a compreensão do conceito proposto: porque a organização social, em termos de gênero, tem que ser heterossexual ou patriarcal? Trata-se, sem dúvidas, de uma questão importante e é uma tarefa que precisa ser empreendida como compromisso epistêmico para o desenvolvimento do pensamento político descolonial e intercultural.

### Referências Bibliográficas

BOUTELDJA, Houria. Raza, clase y género: la interseccionalidad, entre la realidad social y los límites políticos, 2013 Disponível em:<<http://indigenes-republique.fr/raza-clase-y-genero-la-interseccionalidad-entre-la-realidad-social-y-los-limites-politicos/>>. Acesso em 12 mar. 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa . Bogotá - Colombia, N° 9, 75-101, jul./dez., 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas . Florianópolis, 22(3): 320, set./dez./2014.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, setembro 2005.

\_\_\_\_\_. ¡Qué tal Raza! ALAI: América Latina en Movimiento. nº. 320, 2000. Disponível em < <http://alainet.org/active/929>> Acesso em: 12 de mar. 2017.